

# III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

## OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



## A EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE O MEIO AMBIENTE NO BRASIL

### Autor(es)

Barbara Bedin

Rodrigo Santolin Leite

### Categoria do Trabalho

Pesquisa

### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE CAXIAS DO SUL

### Introdução

O presente trabalho visa abordar a evolução da legislação brasileira a respeito da proteção ao meio-ambiente desde a década de 1930 até a Constituição Federal de 1988, período de intensas mudanças no cenário nacional, no qual o Brasil passou de um Estado eminentemente agrário para acompanhar a evolução mundial e se tornar um país industrial. A era industrial traria avanços para o país, mas, ao mesmo tempo, seria necessário "sacrificar" o meio-ambiente, no que diz respeito ao desmatamento, por exemplo. O impacto dessas ações não era previsto na legislação, sendo que, a partir daí, começaram-se a pensar em mecanismos de regulação para essas novas situações.

### Objetivo

Pesquisar a evolução da legislação brasileira, no que diz respeito à proteção do meio-ambiente desde a década de 1930 até a promulgação da Constituição Federal de 1988.

### Material e Métodos

Realizou-se uma pesquisa no Google Acadêmico, com o recorte temporal dos anos de 2023 e 2024, somente pesquisa em português, utilizando as palavras-chave: "meio ambiente", "evolução", "políticas públicas" e "constituição federal", tanto de forma conjunta quanto individual. Excluíram-se as dissertações, teses e trabalhos de conclusão de curso, restringindo-se a artigos acadêmicos. Foi escolhido um artigo e três legislações que melhor se adequaram ao objeto de pesquisa.

### Resultados e Discussão

O Estado brasileiro, entre as décadas de 1930 e 1970, era predominantemente agrário, mas o desenvolvimentismo o estava transformando em um país industrial existindo pouca e restrita legislação que protegia a vastidão dos recursos naturais existentes. (MONTENEGRO, 2023).

O artigo 10, da Constituição de 1934, apenas definiu a competência da União e dos Estados em proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico. Através da Lei 6.938/1981, a Política Nacional do Meio Ambiente se intensificou, estabelecendo seus objetivos, os instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente (art. 9º). Já a Constituição de 1988, em clara demonstração de preocupação com o meio ambiente

# III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

## OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



Programa de Pós-Graduação  
Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional



estabeleceu, em seu artigo 225 o direito de todos “ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

### Conclusão

A proteção do meio ambiente evoluiu no decorrer das décadas, sendo que a necessidade de proteção ambiental foi sentida a partir do momento em que o Brasil deixava de ser agrário para se tornar industrial, pelo impacto na vegetação, água, poluição, situação que não preocupava até aquele momento.

### Referências

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 10 mar. 2023.
- BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934). Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm). Acesso em: 10 mar. 2023.
- BRASIL, Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6938.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm). Acesso em: 10 mar. 2023.
- MONTENEGRO, Douglas Herrera. Aplicabilidade do princípio da não frustração de legítimas expectativas em procedimentos de licenciamento ambiental. Revista Percurso Unicuritiba. Vol.1, n.46|e-2836| p.131-152 |Janeiro/Março 2023. Disponível em: <https://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/percurso/article/view/e-2836>. Acesso em: 10 mar. 2023.